

**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE
OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS - CTPOAR
ATA DA 52ª REUNIÃO**

5Data: 16 e 17 de outubro de 2006

6Locais: Miniauditório da SRH, Brasília/DF.

8PARTICIPANTES CTPOAR:

- 10**▪ Ministério das Cidades: Valdemar Araújo (valdemar.filho@cidades.gov.br)
- 11**▪ Ministério da Integração Nacional: José Luiz Miranda de Almeida
12 (joseluizmiranda@yahoo.com.br)
- 13**▪ Ministério do Meio Ambiente – ANA: Leonardo Mitre (mitre@ana.gov.br)
- 14**▪ Ministério do Meio Ambiente - SRH: Roberto Alves Monteiro
15 (roberto.monteiro@mma.gov.br)
- 16**▪ Ministério das Minas e Energia: Helder Naves Torres (helder.torres@mme.gov.br)
- 17**▪ Ministério da Saúde: ausente
- 18**▪ Conselhos Estaduais MG/ES: Luiza de Marillac Camargos
19 (luiza.marillac@igam.mg.gov.br)
- 20**▪ Conselhos Estaduais SP/RJ: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)
- 21**▪ Conselhos Estaduais CE/BA: Zoltan Romero Cavalcante Rodrigues
22 (zoltan@srh.ba.gov.br)
- 23**▪ Conselhos Estaduais PB/PE: Maria Lorenzza P. Leite (lorenzza@sectma.pe.gov.br)
- 24**▪ Conselhos Estaduais RN/AL: Vânia Apolônio de Trajano (vania.trajano@mma.gov.br)
- 25**▪ Conselhos Estaduais PI/SE: João Carlos Santos da Rocha (jcsdr@uol.com.br)
- 26**▪ Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Teresa Maria Arruda Lana
27 (teresa.lana@emae.gov.br)
- 28**▪ Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário:
29 ausente
- 30**▪ Indústria: Patrícia Boson (tita@uaigiga.com.br)
- 31**▪ Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: ausente
- 32**▪ Organizações não Governamentais: Rafael Filippin (rafaelfilippin@hotmail.com)

34CONVIDADOS:

- 36**▪ Aracely José Maciel – NATURATINS/TO
- 37**▪ Célia Regina Buono Paus Poeta – SMA/SP – (celiap@cetesb.sp.gov.br)
- 38**▪ Ellen Kenia Kuntze Pantoja – SEMA/MT – (ellenpantoja@sema.mt.gov.br)
- 39**▪ Iracema Aparecida Siqueira Freitas – SEPLAN/TO – (iracema@seplan.to.gov.br)
- 40**▪ Marcos José Craveiro Moreira – SEMAR/PI – (mjcmoreira@gmail.com)
- 41**▪ Rosa Geissler – IPAAM/AM – (geissler@ipaam.br)

43RELATORIA CTPOAR:

- 44**▪ Raquel Scalia Alves Ferreira (raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br)

46ASSUNTOS DISCUTIDOS:

47Às 10h10 do dia 16 de outubro do ano de dois mil e seis, sob a presidência interina do Sr.
48Helder Naves Torre (MME), procedeu-se à abertura da 52ª Reunião da Câmara Técnica de
49Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR, do
50Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. O presidente desta reunião da CTPOAR

51agradeceu a presença de todos e justificou o atraso da presidente desta câmara que pediu que
52os trabalhos fossem iniciados. Assim o Sr. Helder (MME) solicitou apresentação de todos
53considerando a presença de novos participantes, devido ao convite que esta câmara fez aos
54órgãos de recursos hídricos e meio ambiente para a participação no GT Revisão da Resolução
55nº 12 – enquadramento. Em seguida foi passada a palavra ao Sr. Clímaco (ONGs) que
56informou sobre o IV Encontro do FONASC que foi realizado no Hotel Nacional, de 17 à
5720/10. Reforçou o convite para os membros da CTPOAR, ressaltando que apesar de ser um
58evento das organizações civis, estaria aberto a todos os segmentos. Finalizado esse informe,
59passou-se diretamente para o item 2 da pauta. *Item 2 - Aprovação das Atas da 51ª Reunião da*
60*CTPOAR*. A ata foi aprovada com modificações. Durante a leitura do item 5 da pauta, os
61representantes do órgão de recursos hídricos da Amazônia manifestou interesse em participar
62do GT Revisão da Res. 12. *Item 3 – Apreciação do texto final da proposta de moção que*
63*“recomenda a integração dos Sistemas de Informação: SINIMA, SIAGAS, SIGHIDRO e*
64*SNIRH”*. O Sr. Helder (MME) sugeriu que fosse feita a leitura do documento que estaria
65sendo projetado e em seguida aberta a palavra para as manifestações. Após a leitura, a Sra.
66Raquel (SRH/MMA) distribuiu e fez a leitura de um documento (**anexo 1**) que explicava e
67justificava a inserção, na proposta de moção, do Sistema de Informações do Plano Nacional
68de Recursos Hídricos – SIPNRH. O Sr. Leonardo Mitre (ANA/MMA) enfatizou a
69importância de tal sistema de informação, o que mereceria destaque nesta proposta de moção,
70apesar do mesmo estar contido no SNIRH. Não havendo mais manifestações, o Sr. Helder
71(MME) consultou os membros da CTPOAR quanto a aprovação da proposta, o que foi
72acatado por todos. O Sr. Valdemar (MCidades) consultou sobre a possibilidade de inserção do
73Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS, no contexto da proposta de
74moção, apesar de não estar concluído e por ser um sistema alimentado por informações
75voluntárias sendo este um problema de desenho estrutural, mas que suas informações serviram
76como indicadores de cobertura, não sendo dados. O Sr. Helder (MME) disse que a lembrança
77do SNIS foi muito oportuna e atemporal, pois o sistema poderia estar sendo aperfeiçoado e
78consequentemente atualizado nos demais links. Aproveitou para agradecer a confiança
79depositada para a condução do início da reunião e disse ter sido uma honra substituir a atual
80presidente, que com o uso da palavra pediu desculpas pelo atraso, desejou bom dia a todos e
81solicitou que as discussões sobre esse item de pauta fossem mantidas. O Sr. Valdemar
82(MCidades) então, comentou sobre a importância de se citar o SIPNRH e o SNIS, com o
83intuito de evitar suas fragmentações considerando as mudanças de postura ocorridas no
84âmbito dos governos. O Sr. João Carlos (CERH/SE) questionou sobre a inserção do banco de
85dados do INMET por serem informações valiosas para a gestão de recursos hídricos. A Sra.
86Leila (CERH/SP) ponderou sobre a questão institucional da possibilidade de disponibilização
87desses dados considerando a não gratuidade de todas as informações. O Sr. Helder (MME)
88disse acreditar que isto seria um ato político importantíssimo e se fosse citado na moção daria
89força para concretizar tratativas políticas posteriores a sua publicação. A Sra. Leila
90(CERH/SP) comentou que quanto a parte legal a CTIL estaria avaliando a possibilidade, mas
91que acharia prudente e político consultar o INMET. O Sr. Helder (MME) ratificou a
92necessidade de criação do fato político. O Sr. Roberto (SRH/MMA) comentou que seria
93melhor uma consulta para evitar constrangimentos. A Sra. Leila (CERH/SP) sugeriu que fosse
94feito esse questionamento na CTIL considerando este sistema de dados não ser público. A
95proposta foi acatada por todos. Nesse momento a Sra. Leila (CERH/SP) leu as propostas de
96considerando apresentadas pelo Departamento de Articulação Institucional – DAI/MMA
97(**anexo 2**). O Sr. Leonardo (ANA/MMA) comentou que a primeira proposta apresentada já
98estaria contemplada no segundo considerando já existente no documento distribuído e sugeriu
99que neste fosse excluída a palavra gestão, o que foi acatado por todos. Não havendo
100comentários favoráveis a manutenção dessas propostas, todos acordaram somente pela

101inserção do SIPNRH, SNIS, na proposta de moção. O Sr. Helder (MME) ainda insistiu na
102colocação do banco de dados do INMET, por não ver ilegalidade. A Sra. Leila (CERH/SP)
103insistiu na deselegância da citação, sem consulta. O Sr. Leonardo (ANA/MMA) ponderou
104quanto a mudança de princípio da proposta de moção com a colocação do INMET. O Sr.
105Valdemar (MCidades) disse que esta seria uma questão de fundo a ser enfrentada, mas que
106pelo menos fosse comunicada a intenção ao INMET, e questionou então, o poder de decisão
107que estas estatais teriam em integrar ou não os sistemas, por gerirem dados públicos. Então
108sugeriu que fosse provocada a discussão, visando uma decisão legítima. A Sra. Leila
109(CERH/SP) ponderou quanto ao princípio da concordância para que não parecesse uma
110situação forçada. Diante de todos os comentários concordaram com a consulta. *Item 4 –*
111*Apresentação sobre a metodologia de enquadramento utilizada pelo Estado de MG, na bacia*
112*do rio Paracatu.* A palestra (**anexo 3**) foi proferida pela Sra. Luiza de Marillac (CERH/MG),
113da divisão de planejamento de recursos hídricos do Instituto Mineiro de Gestão das Águas,
114que iniciou sua apresentação mostrando os antecedentes, como foi feito o enquadramento de 6
115bacias hidrográficas, anteriormente a Lei nº 9.433/97. Informou que esse enquadramento foi
116dividido em três fases: 1 – definição dos objetivos de qualidade; 2 – avaliação da condição de
117qualidade e 3 – efetivação do enquadramento. Comentou que esses estudos realizados não
118foram internalizados, mas que geraram um considerável acervo técnico, donde se concluiu a
119necessidade de aperfeiçoamento desse instrumento, ampliando sua a visão, pois atualmente
120estariam enxergando o instrumento outorga, mas que isso se devia a abstração do
121enquadramento. Mostrou o contexto existente, destacando os planos diretores. Depois
122comentou sobre a adequação e atualização dos planos, conforme a legislação atual, assim
123citando a Resolução CONAMA nº 357/2005. Em seguida mostrou as fases do enquadramento
124atual, sendo fase 1 – relatório técnico, fase 2 – aprovação da proposta de enquadramento e
125respectivos atos jurídicos e fase 3 – avaliação e efetivação da condição do enquadramento de
126corpos, estando incluído numa gestão participativa.. Apresentou a metodologia utilizada,
127estando dividida nas seguintes etapas: aspectos legais e propostas de enquadramento
128existentes; diagnósticos dos usos preponderantes existentes; priorização de corpos de água;
129identificação dos corpos de água em unidades de conservação; diagnostico da condição atual
130da qualidade dos corpos de água e identificação das fontes de poluição; oficinas de
131enquadramento; proposta de enquadramento e ações necessárias para efetivação do
132enquadramento, que foi aplicada para 7 sub-bacias de afluente direto do rio Paracatu,
133aproximadamente alcançando 30 rios. Comentou que o primeiro problema que a equipe se
134deparou foi com as informações que não estavam georreferenciadas, assim acenou quanto a
135importância de banco de dados georreferenciados em ambiente SIG e também com as
136exigências da Resolução CONAMA nº 12 que necessitaram de ser adaptadas. Ressaltou a
137importância da participação dos usuários da bacia, durante as oficinas ocorridas, onde, num
138primeiro momento, a equipe somente ouviu as respostas baseadas nas perguntas: o que temos;
139o que queremos e o que podemos. Mencionou as ações necessárias para efetivação do
140enquadramento: priorização do manejo integrado de quatro (Sono, Entre-Ribeiros, Escuro e
141Prata) sub-bacias de contribuição; ampliação da rede de monitoramento; proteção das áreas de
142lagoas marginais; estudos para criação de unidades de conservação; aumento do índice de
143atendimento por rede de esgoto; tratamento do esgoto e a coleta e disposição final dos
144resíduos sólidos. Encerrando a apresentação, comentou sobre a conclusão do processo, que
145ocorreu com a aprovação e encaminhamento pelo Comitê, através de deliberação normativa
146do mesmo, seguido da aprovação pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas
147Gerais e com a elaboração do termo de cooperação técnica para a Secretaria de Estado de
148Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD, o Instituto Mineiro de Gestão das
149Águas – IGAM, a Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM, a Empresa de Assistência
150Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER, as prefeituras municipais

151da bacia hidrográfica do rio Paracatu e a Companhia de Saneamento do Estado de Minas
152Gerais – COPASA, visando a efetivação do enquadramento do corpos d'água da bacia
153hidrográfica do rio Paracatu – sub-bacia dos rios: Sono, Prata, Escuro, Entre Ribeiros, Santa
154Catarina e Rico e tendo como objetivo implementar metas intermediárias para alcançar as
155metas de qualidade final naquelas sub-bacias. Ainda ressaltou a ampliação da rede de
156monitoramento, com a instalação de 19 novos pontos de coleta, obtida a partir do diagnóstico
157realizado para o enquadramento, a minuta de deliberação, em elaboração, pelo CERH e o
158COPAM e o artifício elaborado pelo comitê para a manutenção da classe dos rios não
159enquadrados, colocando no art. 1º de sua DN *“que os corpos de água que deságuam em rios*
160*enquadrados não mencionados na proposta de enquadramento, recebem o enquadramento*
161*correspondente ao do trecho que deságua”*. Concluída a apresentação, todos os membros da
162CTPOAR elogiaram o trabalho desenvolvido pelo IGAM e passou-se para os comentários
163individuais. O Sr. Leonardo (ANA/MMA) abordou sobre a necessidade do envolvimento do
164setor de saneamento, considerando que a taxa de domicílios ligados a rede de esgoto em
165verdade não vem aumentando, devido ao crescimento de novos domicílios, não ampliando
166assim a cobertura. A Sra. Leila (CERH/SP) perguntou se o Estado de MG possui fundo de
167recursos hídricos, sendo informado que não e complementou seu raciocínio colocando que
168este capital poderia envolver melhor as prefeituras da região com a causa. O Sr. Roberto
169(SRH/MMA) falou sobre a necessidade de planejamento, sendo o enquadramento um
170instrumento norteador para isso, mas que para ser aplicado precisa-se de vontade política e
171informações de diversos setores. O Sr. Ícaro (SERLA/RJ) questionou sobre a aplicação dos
172planos diretores dos municípios dessas sub-bacias e se haveriam planos de ações para as
173metas indicadas pelo enquadramento. A Sra. Leila (CERH/SP) agradeceu a apresentação,
174ressaltou a importância da participação de representantes do IGAM no GT da Revisão da Res
17512 e passou para o *Item 5 - Assuntos Gerais* onde acordaram o horário da reunião do GT
176Águas Minerais, ficando de 8h30 às 13h, do dia 17/10, para que todos pudessem participar, no
177período vespertino, da reunião da CTIL para a defesa das matérias da CTPOAR que estariam
178sendo analisadas. O Sr. Rafael (ONGs) solicitou a palavra para informar sobre o
179encaminhamento de matéria a CTPOAR referente ao imbróglio do setor elétrico com o setor
180de recursos hídricos, por considerar que o setor elétrico não estivesse respeitando as
181deliberações da sociedade que se mostra contrária a construção de alguns empreendimentos
182elétricos. Para exemplificar comentou sobre o caso da do rio Tibagi, e a moção que solicita a
183anulação da resolução ANEEL nº 410/2005 que homologou o inventário da COPEL, solicita
184que seja refeito o inventário e não realizado o leilão, não licitando os empreendimentos, sendo
185assim observado um conflito de manifestações o que revela o caráter político determinativo
186do setor elétrico. Ainda comentou sobre a necessidade de políticas públicas vinculadas. A Sra.
187Leila (CERH/SP) instrui-o para que encaminhasse a matéria objetivamente e a CTPOAR que
188verificaria a consonância com as competências da CT e caso não a observasse encaminharia
189para a CT específica. A Sra. Raquel (SRH/MMA) informou que quanto ao caso do rio Tibagi
190a SRH solicitou informações para as instâncias estaduais e ponderou quanto ao
191encaminhamento para CTPOAR indicando que talvez a CT mais indicada fosse da CTAP.
192Ainda sobre esse assunto, o Sr. Roberto (SRH/MMA) esclareceu que atualmente o setor
193elétrico já estaria avaliando os aproveitamentos hidrelétricos não somente com a ótica do
194ótimo para a geração hidrelétrica. O Sr. Helder (MME) disse que o assunto seria interessante
195haja vista a discussão da matriz energética. Em não havendo mais manifestações a Sra. Leila
196(CERH/SP) encerrou a reunião agradecendo a presença de todos, principalmente dos
197representantes dos estados do AM, MT, PI e TO e ratificou as reuniões dos GTs, a tarde do
198dia 16/10 a 1ª Reunião do GT Revisão da Res. 12 e dia 17/10, pela manhã a 6ª Reunião do GT
199Águas Minerais.

201 *Item 6 – 1ª reunião do GT Revisão da Resolução CNRH nº 12.* Para essa primeira reunião
202 foram convidados todos os órgãos outorgantes e licenciadores dos Estados e estiveram
203 presentes SP, DF, MG, RJ, BA, PE, SE, AM, MT, PI e TO que analisaram a proposta
204 modificativa proposta pela ANA (**anexo 4**), sempre comparando com o texto original da
205 Resolução CNRH nº 12, com as experiências apresentadas (IGAM e ANA) e existentes em
206 seus estados. Consideraram reduzida a participação dos estados, por isso não definiram a
207 coordenação e relatoria desse GT, ficando para a próxima reunião.

208

209 *Item 7 – 6ª Reunião do GT Água Mineral.* A reunião ocorreu no dia 17/09, das 9h às 13h,
210 onde foi dada continuidade a discussão da proposta de resolução que visa a integração da
211 gestão integrada do aproveitamento das águas minerais, termais, gasosas, potáveis de mesa ou
212 destinadas a fins balneários e a gestão de recursos hídricos, sem considerar o instrumento
213 outorga. Conseguiu-se avançar a análise até o último artigo da proposta (**anexo 5**). Para a
214 próxima reunião acordaram que finalizariam a proposta para encaminhamento para as CTs
215 envolvidas e ainda definiram que essa reunião ocorreria no dia anterior a reunião da
216 CTPOAR, para que no dia posterior já fosse analisada no âmbito da CTPOAR.

217

218

219 Ata aprovada na 53ª reunião, realizada em 23 e 24 de novembro de 2006.

220

221

222

LEILA DE CARVALHO GOMES
Presidente da CTPOAR

RAQUEL SCALIA ALVES FERREIRA
Relatora da CTPOAR

223

224